

**INTERSECCIONALIDADES E CAMPOS DE POSSIBILIDADES
NO IMEDIATO DA VIDA E PERSPECTIVAS DE FUTURO**

**INTERSECCIONALIDADES Y CAMPOS DE POSIBILIDADES EN
LO INMEDIATO DE LA VIDA Y PERSPECTIVAS DE FUTURO**

**INTERSECTIONALITY AND FIELDS OF POSSIBILITIES IN
THE IMMEDIATE LIFE AND FUTURE PERSPECTIVES**

Editha Lisbet Julca Gonza¹
eljg90@gmail.com

RESUMO: Neste breve texto apresento reflexões que aproximam ao debate entorno das interseccionalidades e possibilidades dos “sujeitos”, desde as leituras de perspectiva feminista e marxista. Reflexões sobre as marcas corporais e subjetividades como essenciais na configuração das desigualdades e privilégios em determinados contextos culturais e temporais. De maneira articulada apresento algumas situações da minha trajetória como mulher, jovem, filha de camponeses, peruana, migrante e doutoranda num dos mais importantes programas de pós-graduação no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: interseccionalidades; campos de possibilidades; trajetória(s).

RESUMEN: En este breve texto presento reflexiones que aproximan al debate sobre las interseccionalidades y posibilidades de “los sujetos”, desde lecturas de perspectiva feminista y marxista. Reflexiones sobre las marcas corporales y subjetividades como esenciales en la configuración de las desigualdades y privilegios en determinados contextos culturales y temporales, y de manera articulada presento algunas situaciones de mi trayectoria como mujer, joven, hija de campesinos, peruana, migrante y estudiante de doctorado en uno de los más importantes programas de pos-grado en Brasil.

PALABRAS CLAVE: interseccionalidades; campos de posibilidades; trayectoria(s).

ABSTRAC: In this brief text I present reflections that approach the debate on the intersectionality and possibilities of the subjects, from readings of feminist and Marxist perspective. Reflections on body marks and subjectivities as essential in the configuration of inequalities and privileges in certain cultural and temporal contexts, and in an articulated way to these reflections, I present some situations of my career as a woman, young, daughter of peasants, Peruvian, migrant and doctoral student in one of the most important post-graduate programs in Brazil.

¹ Possui graduação em Ciência política e Sociologia pela Universidade Federal de Integração Latino-americana (UNILA). Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

KEYWORDS: intersectionality; fields of possibilities; trajectory(s).

INTRODUÇÃO

Nas interpretações e reflexões teóricas feministas, é pressuposto uma determinada posição de fala que se entrelaça com a auto-localização em relação à classe, gênero, raça-etnia, sexualidade, geração e lugar. A sua relação com as interpretações com o marxismo é uma questão entre opressão e exploração, que combinadas, tem um efeito imediato na vida dos “sujeitos”.² O que particularmente refere-se em como nossas marcas corporais e subjetividades constituem nossas trajetórias individuais e posições sociais, e, portanto, as maneiras de como vivenciamos o mundo.

Antes de abordar a minha experiência, preciso destacar que, este texto surge enquanto “explicação mais crítica e reflexiva em relação às nossas próprias e as práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm” (HARAWAY (1995 [1988]), p. 15). Nesse sentido, a abordagem teórica, que escolhi para este breve texto, perpassa principalmente o assunto de *interseccionalidades* e *campos de possibilidades*, e, elementos de debates realizados na disciplina de “*Espaços, sujeitos e cursos de vida*”, e, no Seminário de “*Feminismo e Marxismo*”.³ Momentos que considero oportunos a ser retomados por significarem situações de construção coletiva e flexibilidade individual.

Ao mesmo tempo em que reforça a ideia de posicionalidade de fala, que autoras como Haraway (1995 [1988]), Peirano (1998), Butler (2005) e McCall (2005), destacam como relevante ponto de partida, porque mediante o reconhecimento das próprias experiências é que se admite o olhar parcial da complexidade social. Penso que a minha posição de mulher, hétero, jovem, filha de camponeses, peruana, migrante e doutoranda em um dos mais importantes programas de pós-graduação no Brasil, constituem um modo de experienciar o

² O termo sujeitos entre “aspas”, se dá, a noção do termo é fonte de polêmicas pelo seu caráter de gênero, ele constitui invariavelmente uma condição de termo produzido e mantido nos trabalhos das ciências sociais (Ver mais em Butler, 2015).

³ A disciplina foi ministrada pela profa. Dra. Joseli Maria Silva e o prof. Dr. Nécio Turra Neto, durante o primeiro semestre de 2018 no programa de Pós-graduação em Geografia na Unesp-Presidente Prudente, Sp. O Seminário, foi organizado pelo setor pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Escola Nacional Florestan Fernandes, em setembro de 2018.

mundo, e, portanto, uma visão parcial da realidade, que não é inocente de representação enquanto significados dos corpos e de possibilidade de um futuro, constituídos pelo entrelaçamento da minha trajetória com outras experiências individuais.

Nesse sentido, em um primeiro momento são trazidas algumas proposições sobre as interseccionalidades como conceitualização na vida cotidiana dos “sujeitos”. Na sequência, algumas reflexões acerca do campo de possibilidades para pensarmos como as intersecções de marcas corporais e subjetivas incidem nos projetos de vida dos “sujeitos” e nas trajetórias coletivas. Por fim, são apresentados alguns aspectos conclusivos a respeito das questões colocadas nesta introdução e no desenvolvimento do trabalho.

INTERSECCIONALIDADES DE IDENTIDADE(S)

A conceitualização de *interseccionalidades* refere às experiências dos “sujeitos” a partir das suas marcas corporais e subjetividades. Esta conceitualização é atribuída a Crenshaw (1991), quem fez conexões entre gênero e raça para especificar experiências particulares. Amplamente utilizado na medida de reconhecer as múltiplas dimensões e aspectos de subordinação dos “sujeitos” enquanto classe, idade, (dis)capacidades, religião e sexualidade, para questionar suposições da vida diária das pessoas no mundo.

Segundo Brown (2012), o ponto forte das interseccionalidades é a exposição das desigualdades e privilégios estruturais de algumas identidades, e compreender em profundidade como se cruzam e chocam as identidades. E, segundo Assunção (2013) e Assunção e D’Atri (2017), o conceito pode apontar que na exploração da classe trabalhadora, alguns grupos são mais explorados que outros e não como uma somatória de opressões, mas no sentido de destacar as relações entre o modo de produção e as múltiplas fragmentações que acompanham a dominação. Pois, a existência de subordinação de grupos se dá por uma série de fatores que combinados intensificam a opressão e exploração, e com efeitos imediatos no salário, precarização do trabalho, jornada do trabalho.

Além disso, conforme Silva e Ornat (2016), a ideia de interseccionalidades não está apenas atrelada à morfologia dos corpos, mas a um processo de experiência, rechaçando as posições fixas das identidades, o considera na medida de como ele é percebido de acordo

com o local que ocupa em cada momento. Pois, o corpo “é móvel, fluido, ativo e a sua materialidade está em eterna negociação com a exterioridade”, porque são constituídos pelos discursos para ser usados de inúmeras maneiras porque “são lugares de identidade, moralidade, estética, ação, trabalho, lazer, prazer e dor”, e “jamais pode ser compreendido fora de um determinado espaço e tempo” (p. 62).

Pensar o corpo na conceituação das interseccionalidades é porque ele “produz um espaço e tem seu espaço; ele se produz no espaço e também produz esse espaço” e porque, com as suas marcas e subjetividades, são capazes de criar estratégias e condições de sua existência cotidiana (SILVA, ORNAT, 2016, p. 62-63). Capazes de reproduzir outros corpos e possibilitar outras condições corporais como infância, juventude, velhice, saúde, doença, deficiência e sexualidade, com o que se cria diferentes abordagens da relação corpo e espaço. Ou seja, o corpo (que é a pessoa em si), constitui a forma em que cada sujeito individual se conecta e experimenta com os outros corpos, e por isto que as suas marcas são importantes na experiência espacial (MARSTON, 2000; BROWN, 2012).

Vinculado a isso, é possível atender os processos espaciais em que determinados corpos são alvo de mais desigualdade do que outros, mas que atende as características materiais e culturais. Não são todas as mulheres alvo homogêneo do tráfico, ou, as que têm sido alvo de políticas de esterilização sem consentimento individual, e que eventualmente constituem diferentes contextos históricos sobre gênero com interseções raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (CRENSHAW, 1991; BUTLER, 2015). Isto quer dizer, que o corpo está constituído por um conjunto de significados que define as suas interseções culturais, sociais e políticos, e as suas dinâmicas de interação de consequências estruturais.

Isto porque, tendo nascido em uma nação reconhecida pela civilização inca e de estratificação social em linhas étnicas expressas historicamente na estrutura pigmentocrática do Peru, e de família de origem popular rural, frequentemente projeta uma imagem de mulher indígena e pobre. É meu gênero, minha cor, minha sexualidade, minha origem de família e de nação, que se perpetuam na minha trajetória como mulher não branca e de características corporais no campo das possibilidades de educação, saúde e condições de trabalho. Muitas vezes sob caracterizações morais e racismo e privilégios transversais dos outros e com os

outros, porque, as opressões ainda que aconteçam no corpo individualizado também estereotipa o grupo que apresenta características comuns.

Com isso compreendo um resultado contingente entre as tensões dos corpos e as forças estruturais, são, por exemplo, os 43 jovens desaparecidos em Ayotzinapa no México em 2014, ou, as crianças de pais migrantes detidas nos Estados Unidos em 2018, na maioria dos casos latino-americanas. Em que fica reservado uma série de interseções correlacionadas entre a idade e outras “roupas” carregadas de marcas de infância e juventude, classe social, raça, etnia e geopolítica. Na individualidade e na coletividade constituem uma forma de compartimentação do mundo, e dependem da sua localização que produzem diferentes subjetividades, e supõe olhar no corpo, como elemento desafiante a repensá-lo como construído socialmente e como a base para as práticas cotidianas das pessoas, e a uma gama de enfoque das relações sociais, intersectantes e complexas.

Nessa perspectiva, não tem uma única dimensão de desigualdade (ou de privilégios) que possa descrever adequadamente a estrutura social completa. O enfoque intra-categorial ou enfoque categórico, seria uma importante contribuição das feministas negras, porque destaca o uso provisório de categorias não estáticas “para capturar consequências estruturais nas dinâmicas de interação em dois ou mais eixos de subordinação como o patriarcalismo, o racismo ou a opressão de classe que criam desigualdades relativas às posições de gênero, raças, etnias, classes, entre outros”. Por conseguinte, proporcionar elementos dessas vulnerabilidades interseccionais nas mulheres e outras vezes nos homens tende a formas de organização ativa para modificar suas condições de vida (CRENSHAW, 1991, p. 177-181; MCCALL, 2005, p. 1789; SILVA, 2016, p. 516).

São nossos corpos velhos, jovens, deficientes, gordos, magros, altos, baixos, grávidos, entre outros, que dependem da sua localização que produzem diferentes subjetividades, ao mesmo tempo em que expressam que somos nas nossas experiências cotidianas atravessados por diversas categorias identitárias, e que a seleção de uma delas como a priori, esconde as outras. A partir dessa compreensão de grupos marcados por múltiplas opressões e posicionalidades por conta dessas e muitas outras intersecções, são as que remetem a enfoques variados e de diferentes níveis de análise (CRENSHAW, 1991; MARSTON, 2000; MCCALL, 2005; SILVA, 2016).

Contudo, a questão de interseccionalidades seria uma perspectiva de análise que permite abordar a complexidade da vida social em que as variadas identidades estão em constante processo no espaço e no tempo. Fica explícito nesta parte do trabalho que todas as pessoas vivenciam simultaneamente múltiplas categorias sociais, e que a conceitualização de interseccionalidades assume um sentido metodológico a modo de articular essas múltiplas categorias e que ao mesmo tempo essas articulações constituem distintas experiências. É por tudo isso, que as identidades sempre estão recriando espaços, e estes últimos podem configurar diferentes perspectivas identitária dos corpos e incidências nas trajetórias dos “sujeitos”.

OS MARCADORES SOCIAIS INCIDEM NAS OPORTUNIDADES

A conceitualização de campos de possibilidades auxilia a pensarmos a “dimensão sócio-cultural, como espaço para formulação e implementação de projetos”, não como determinismo individual, mas que ajuda “a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (VELHO, 2003, p. 39-40). Isso em razão a que as pessoas nascem e vivenciam dentro de culturas particulares como foi com os nossos antepassados, com o diferencial da época e das áreas geográficas, ou seja, campos de possibilidades seria um quadro sócio-histórico do qual trajetórias e biografias sempre interagem com outros dentro de um campo de interação material e simbólica.

Esse exercício conceitual considera as potencialidades em relação com as trajetórias individuais, de quais são as possibilidades para a realização da sua vida e o papel do contexto cultural para reproduzir as desigualdades ou privilégios. Desde a leitura do texto do antropólogo Velho (2003), interpreta-se o campo de possibilidades desde um aspecto material de vida, mas também das outras interseccionalidades de identidades e que variam de acordo as características de cada “sujeito” em estruturas culturais de cada contexto. Assim, o campo de possibilidade não se restringe as escolhas, porque o “sujeito” já nasce numa determinada estrutura que é condicionante à sua projeção de futuro e de ação.

Incrementa-se a essa perspectiva a ideia de lugar produzido pelas inter-relações e construído inter-escalarmente. Envolvendo o contexto político e social que reverbera nos “sujeitos”, isto é, de acordo com as posições individuais que ocupam é que se vislumbram as possibilidades e o condicionamento das escolhas. A partir disso, qual é o alcance de nossos projetos de vida numa série de composições de desigualdades estruturais ligadas ao campo econômico? Qual é o alcance de nossos projetos de vida e possibilidades de futuro para os corpos que diferem daqueles “corpos saudáveis”? É possível termos projetos de vida e alcançar a emancipação num sistema baseado na miséria?

Nessas interrogações ecoa a localização de tramas de poder e das interseccionalidades constituídas de eventos vivenciados de diferentes maneiras em cada uma das etapas de vida, como a infância, adolescência, juventude, vida adulta e velhice, que transversalmente incidem em violências físicas e simbólicas que transgredem os corpos de acordo com as condições econômicas, de gênero (especialmente as mulheres com grande índice de mortalidade), raça-etnia (são os negros, negras e indígenas os alvos frequentes de racismo), como categorias socialmente construídas e com “mérito” de proteção legal. Além disso, repercute a transitoriedade etária que organiza as nossas sociedades como etapas e segmentação da vida na sincronização de projetos individuais.

Que nascendo no “interior do país” e em um berço de família pobre, filha de mãe que trabalha como empregada doméstica e pai agricultor e também pedreiro, é um elemento importante, porque logo ao término de meu ensino médio, os caminhos possíveis como mulher não branca deveria continuar sendo empregada doméstica. O gênero, a idade e o pigmento da pele, compõem um dos setores precarizados da sociedade peruana, muitas vezes a mulher pobre com pigmentação na pele é quem prepara a comida, quem limpa a casa, e não quem pode acessar a formação universitária para ascender a outros cargos que não refiram a ser serviente. Então, não somos simples expectadores, somos vítimas ou executores de discriminação e racismo, simultaneamente retratados nas múltiplas características do corpo e subjetividades que o colocam na condição de trabalho desigual.

Quando criança, minha família toda teve que migrar dentro do país para fugir dos impactos do *fenômeno del niño*, que aconteceu muito fortemente na costa norte do Peru, no final de 1997. Fomos a uma comunidade camponesa em uma província de Lima, onde o

acesso à energia elétrica e água era em condições precárias, e a educação era multi-seriada no ensino fundamental e não tinha ensino médio. Os *comedores populares* e *vaso de leite*, políticas do governo Fujimori, que esteve no governo entre 1990 e 2001, eram de muita relevância para a permanência na escola durante essa época, mas, eram insuficientes para a continuação da formação educativa dos jovens na área rural.

Sem querer dar um salto sócio histórico do processo de transição democrática, após a renúncia do governo de Fujimori em 2001, e a onda inusitada de governos “progressistas” que já começava nos países vizinhos como a Venezuela, Brasil, Bolívia, Uruguai, Equador e Paraguai, foi o contexto geopolítico determinante na vida dos “sujeitos”. Encontramos junto a vários jovens a possibilidade de acesso à bolsa de estudos fora de nossos países em dimensões reais, seja pela política de educação de cada país ou pela política conjunta nos blocos econômicos em que esses países eram membros. Assim, o horizonte de expectativas e de possibilidades de acesso à universidade e atualmente na pós-graduação, em um país diferente ao meu país de origem, não é isolado das estratégias políticas dos países vizinhos, das ondas “progressistas”, das interferências externas, e da emancipação política que os grupos de mulheres, jovens, indígenas, negros, camponeses, e demais trabalhadores vem realizando historicamente para o acesso a seus direitos serem reconhecidos.

Nesses marcos sócio-políticos de trajetória individual é que se inscreve a incorporação das políticas dos Estados, dos governos, das instituições, que mediante políticas parciais permite antever um horizonte de possibilidades. Porém, longe de manter uma igualdade de oportunidades no âmbito de formação educativa e trabalho, é diante a vida que acontece uma luta interna constante. Tratara-se de uma falsa dicotomia entre a resolução da subordinação das mulheres como progressiva e a auto emancipação, entre a luta anticapitalista e a incorporação ao regime existente, entre dar as costas às lutas que fazem frente às classes que exercem dominação mediante o Estado e exercer a via emancipatória coletiva, esta última que destrincha a relação opressão e exploração (ASSUNÇÃO, D’ATRI, 2017).

Olhar as trajetórias individuais e os campos de possibilidades sem direitos básicos e sem as suas interseccionalidades de identidade abre caminho a variadas identidades e ao entendimento dos “sujeitos” em si como fragmentados pelas suas identidades e necessidades

no imediato da vida. Nesse sentido, Assunção e D' Atri (2017, p. 99), é no marxismo, que se “propõe uma leitura materialista e dialética das diferenças: questiona a abstração metafísica da igualdade formal que aprisiona as diferenças concretas em um universalismo vazio”, pois é desde essa leitura que, “a única maneira na qual a diferença não é hierárquica e a igualdade, uniformidade, algo que nenhuma ampliação de cidadania outorga pelas democracias capitalistas poderá oferecer-nos ainda em tempos de instabilidades sociais, econômicas e políticas como se está atravessando hoje”. São as interseccionalidades categóricas potencialidades subversivas, e, o motivo fundante de indignação contra injustiças.

Desse modo, a relação sujeito e estrutura, nos terrenos da materialidade e subjetividade, das marcas corporais e hierarquizações sociais, desde o intuito de dialogar com as perspectivas feminista e marxista, referem a que são os setores minoritários que dão lugar a questionamentos na vida cotidiana na estrutura e a implementação de medidas que configuraram a fragmentação descomunal da maioria da classe trabalhadora à setores minoritários. Pois, é a condição do corpo e as categorias socialmente construídas que aludem a aspectos fáticos, materiais, históricos e políticos, que orientam as possibilidades de um futuro ou a encontro de brechas de oportunidade na sua dimensão de experiências no imediato da vida e no contexto de espaço e tempo. São nas experiências vivenciadas com os outros que prevalece o fator de condições de desigualdade ou de privilégios das classes sociais para projeção de projetos futuros, pois, são as mulheres, negras, indígenas, deficientes, grávidas e lésbicas, partes importantes dos setores precarizados, portanto, que coloca como necessária a vinculação a diversas marcas corporais como direito e um ato político.

Sem ser redundante, mas se faz necessário destacar nesta parte do trabalho, o entendimento de que são às particularidades de *status*, gênero, geração, entre outras marcas socialmente construídas e a estrutura “dada” que se encontram circunstâncias de realização de projetos individuais. Assim, os “sujeitos” vivenciam campos de possibilidades que envolvem entrecruzamentos de fatores materiais e simbólicos, que proporcionam ou não alcance de nossos projetos de vida numa série de composições de desigualdades estruturais ligadas as marcas corporais que diferem ao “sujeito branco, masculino, hétero e burguês”, e sobretudo, ao campo econômico, não sendo possível termos projetos de vida e alcançar a emancipação que supere este sistema baseado na miséria.

ALGUNS ASPECTOS CONCLUSIVOS

Tentei mostrar ao longo do texto por meio de diferentes interpretações a conceitualização de interseccionalidades e campos de possibilidades, segundo autoras e autores de leitura feminista e marxista. No decorrer do texto considero que as sociedades administram as desigualdades e privilégios como uma forma de legitimação de matriz de dominação enquanto “sujeito branco, masculino, hétero e burguês”. É nesta compreensão que considero a relevância do percurso das trajetórias e histórias de vida porque entrelaçam experiências opressivas do individual ao coletivo como fortalecimento ao pertencimento a grupos sociais, tentando não excluir efeitos de dominação, mas como potencial de organização coletiva e prática política.

Na articulação da narrativa feminista e marxista se percebe que os entrecruzamento de identidades, como uma mistura de dimensões escalares, as pessoas de múltiplos locais no mundo podem se vincular de acordo com as diferentes posições desde a especificidade dos lugares. Deste modo fortalece a compreensão de que as diferentes posicionalidades de privilégios e/ou desigualdades constituem uma mobilidade relativa que pode ativamente enfraquecer outras, e/ou enfraquecer ainda mais os já enfraquecidos, ou ressignificar alguns grupos.

Considero desde as interpretações teóricas que as diversas e múltiplas categorias corporais e subjetivas dos “sujeitos” estão em constante conflito, e que desde esse pensamento se desafia a ideia de “sujeito universal”, mas de pensarmos a classe social como diversa. Seria a partir da espacialidade das relações dos corpos (as pessoas em si) e desde um lugar conectado no mundo, que exploramos as implicações da desigualdade ou privilégios nas nossas trajetórias. Portanto, as considerações da pluralidade de categorias ofereceriam possibilidades mais abrangentes de explicação parcial da realidade.

Com certeza a construção deste trabalho não tem sido nada fácil, como uma forma de reconstituição as próprias memórias e vivências de quem escreve estas linhas, além disso, de somar a um leque de perspectivas acerca das experiências subjetivas dos “sujeitos” (que são objetivas). De fato, as interpretações têm contribuído para entender desde onde as autoras e os autores falam, e a nos colocar desde as vivências próprias em um tempo e um

espaço no fazer ciência. Não que a visão subalternizada seja mais próxima da verdade, mas que o reconhecimento da auto-localização é produzir conhecimento situado e engajado para nós que vivemos nos lugares da margem das categorias produzidas socialmente.

Nesse sentido, voltando para a posicionalidade que assumi no início do trabalho e das relações sociais que têm constituído elementos ofuscados de discriminação e/ou de privilégios, não é estranho que a minha trajetória e prática de mulher, filha de camponeses, e agora de estudante no âmbito acadêmico no Brasil, me traga a questão de que a universidade não estava no meu futuro de contexto familiar e entorno social. Isto, que obviamente é contextualizado pelo marco histórico em que nasci, os elementos de superestrutura de lugar da década de noventa e início deste século, que evidencia no social e no individual o debate de geração que é afetado pelo discurso em que se vive, e de incidências subjetivas de processos históricos, e de condições sociais na prática cotidiana.

Desta maneira, a minha e outras trajetórias individuais, de mobilidade temporal e espacial que transitam pelos lugares, muitas vezes de sistema de valores diferentes, explicita uma mobilidade material e simbólica e temporal simultaneamente. Essa como tendência em aberto na dinâmica das relações entre o período “progressista” no continente latino-americano com a ampliação de universidades e o fortalecimento de políticas integracionistas, que afinal de contas geram repercussões na existência de indivíduos positiva ou negativamente. Entretanto o reconhecimento da diversidade, que considero não é como pretensão geral de fidelização de possibilidades individuais, nem como deveria ser, mas que aponta as expectativas inter-escalares e os tensionamentos ao situar as trajetórias como potencial político.

Refletir sobre a incidência das marcas corporais e subjetividades nas oportunidades dos “sujeitos”, se torna importante para atentar a combinação das opressões e entrecruzamentos que informam hierarquização das opressões e como a classe é vivida. Ainda neste percurso de aproximação com o assunto, a compreensão das consequências de uma sociedade capitalista nos desafia a atentar além das opressões individuais, a opressão de grupos, porque é a partir destes que tem se encarnado historicamente movimentos embrionários na reivindicação de direitos, portanto, uma potencialidade para possibilitar um novo modelo de sociedade.

Contudo, as interpretações teóricas trazidas no decorrer do texto e apontamentos têm contribuído para entender sobre os tensionamentos de poderes nas múltiplas escalas. Assim como a refletividade acerca da relevância metodológica, fronteiras e limites, as relações, as múltiplas dimensões da localização dos pesquisadores e as suas interações no processo de pesquisa, de nós como pesquisadoras num contexto de espaço e tempo em que ainda é gritante o contraste de direitos adquiridos. É este texto também, um começo para voltar a releitura aprofundada de bibliografias marxistas que tratam do entrecruzamento de opressões vivenciadas pela classe trabalhadora em sociedades arraigadas ao precedente de colonização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, D. (org). **A precarização tem rosto de mulher**. São Paulo: Edições Iskra, 2013.

ASSUNÇÃO, D., D'ATRI, A. (Orgs). **Feminismo e Marxismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2017.

BROWN, M. Gender and sexuality I: intersectional anxieties. **Progress in Human Geography**, v.36, n. 4, 2012, p. 541-550.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** (Trad. Renato Aguiar), 8º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **Cadernos pagu**, 1995 [1988], p.07-41.

MARSTON, S. A. The social construction of scale. In: **Progress in Human Geography**, 24.2. 2000, p. 219-242.

MCCALL, L. The Complexity of Intersectionality. **Signs**, v. 30, n. 3, p.1771-1800, 2005.

PEIRANO, M. "When Anthropology is at Home: The Diferent Contexts of a Single Discipline." **Annu. Rev. Anthropol.** 27, 1998, p. 105-128.

SILVA, J. M. Contribuições das geografias feministas nas abordagens das relações entre espaço e diferenças. In: SPOSITO, Eliseu et al. (org.). **A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequências, 2016. p. 507-522.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. In: PIRES, C. L. Z.; HEIDRICH, A. L.; PINÓS DA COSTA, B (Orgs). **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016, p. 56-75.

VELHO, G. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: _____. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 31 – 48.

Submetido em: fevereiro de 2019.

Aceito em: abril de 2019.